

Considerando seriamente a dívida pública: uma análise dos fatos

Luiz Antonio de Oliveira
Lima (*)

Q filósofo René Girard há quase trinta anos vem insistindo em uma das hipóteses mais interessantes sobre a dinâmica interna das sociedades humanas. Segundo Girard, todas as sociedades se confrontam periodicamente com situações de concorrência desenfreada por certos objetos — dinheiro, poder, prestígio —, de tal forma que em tais circunstâncias se se quiser evitar que cada homem se torne inimigo de seu semelhante, torna-se necessário identificar um inimigo comum e suprimi-lo real ou simbolicamente. Nesse momento, aparece o sagrado juntamente com o sacrifício, que é a expulsão ritual do inimigo: "Enterra-se a vítima nas fundações da cidade e o pacto social ameaçado se renova tantas vezes quantas for necessário pela proscrição do inimigo, a qual será tão mais econômica quanto mais ela é ritualizada".

A hipótese de Girard me ocorre toda vez que, de maneira irrefletida, quase como num ritual, se atribui ao Estado a responsabilidade imediata pela crise atual, especialmente mediante a ligação mecânica do déficit público com o processo inflacionário. A escolha do Estado como "bode expiatório" tem sido realizada de formas diferentes; algumas mais sofisticadas, através de hipóteses, geralmente "ad hoc", por exemplo, "é importante que o governo demonstre efetivamente que quer combater a inflação, pois só assim as expectativas inflacionárias poderão ser eliminadas"; outras vezes de modo grosseiro, como "o governo gasta demais", ou ainda atribuindo a existência de funcionários ociosos ou pouco eficientes a responsabilidade pelos males do País.

Diante disso, o mínimo que se pode esperar é que tais afirmações se baseiem em uma análise objetiva dos fatos, o que não tem sido feito ou tem sido feito de

maneira enviesada ou mesmo enganosa.

A leitura dos dados relativos à execução orçamentária de janeiro a novembro de 1988 mostra que o governo gasta muito menos do que arrecada. Por exemplo, até novembro o orçamento fiscal registrou um superávit de Cz\$ 0,8 trilhão ou US\$ 1,5 bilhão. O desequilíbrio, de acordo com tais dados, decorre de Cz\$ 3,7 trilhões de despesas financeiras que incluem: juros e outros encargos da dívida mobiliária (Cz\$ 1,6 trilhão); encargos da dívida externa com aval da União (Cz\$ 0,6 trilhão); refinanciamento da dívida externa com aval da União (Cz\$ 0,3 trilhão); repasses para aquisição de trigo, preços mínimos, etc. Outra informação importante, fornecida pelos dados acima mencionados, é o fato de que o valor das despesas com pessoal atinge apenas 31% das receitas correntes, bastante inferior aos limites impostos pela Constituição, de 65% da receita.

Ora, dessa maneira, identificar os gastos excessivos do governo com a ori-

gem do processo inflacionário seria simplesmente desconhecer a realidade. Tanto isso é verdade que os críticos mais sofisticados da atuação governamental na economia já não afirmam que o déficit público é a causa direta da inflação, mas que cortes do gasto são importantes para reverter expectativas inflacionárias dos empresários, ou para sinalizar o desejo efetivo de combater a inflação por parte do governo.

A insistência na primeira interpretação, isto é, "o governo gasta demais", obrigaria os nossos "liberais" a discutir o problema dos encargos financeiros, o que os levaria a colocar realmente o dedo na ferida. O próprio professor Mário Henrique Simonsen, ao apontar com razão a impossibilidade de se manter por muito tempo as elevadas taxas de juro praticadas pelo governo, chamou a atenção para o fato de que nem a demissão de todos os funcionários públicos do País seria capaz de gerar uma economia equivalente ao montante mensal necessário para manter

as taxas de juro nos atuais patamares. Na verdade, o governo gasta ao mês 0,5% do PIB com o pagamento de sua folha salarial, ao passo que despende cerca de 1,8% do PIB mensalmente para atender ao serviço de sua dívida, às atuais taxas de juro.

Quem escreve este artigo seria a última pessoa a defender de maneira indiscriminada a atuação governamental. Pelo contrário, a atuação fraca e sensível às pressões do oportunismo e à ideologia do mercado por parte do governo foi em grande parte responsável pelos desequilíbrios da economia. Porém esses pontos jamais são lembrados.

Em quase nenhuma crítica é mencionado o fato de que os altos níveis do endividamento público atual decorreram basicamente de uma brutal transferência de recursos do setor público para o setor privado, a partir dos anos 80, mediante uma redução da carga tributária líquida (receita tributária bruta menos subsídios, incentivos e juros, exclusive a correção monetária). Tal valor, de

17,5% do PIB em 1973, passa sucessivamente para 11,25% em 1979 e 8,9% em 1985. Se considerarmos apenas o período 1980/85, o valor dessa perda de receita em benefício do setor privado atinge US\$ 91,9 bilhões, o que corresponde a 78% do total da dívida líquida do setor público, de US\$ 118 bilhões em 1985.

Além disso, ninguém pode defender uma política governamental que permitiu a acumulação de uma grande massa de recursos nas mãos de setores exportadores e de instituições financeiras, os quais, alocados de uma forma ou de outra no próprio Banco Central (segundo alguns cerca de US\$ 100 bilhões) dão a esses agentes econômicos uma enorme capacidade de pressão sobre a política monetária — a todo momento ameaçando especular contra o cruzado se a taxa de câmbio ou a taxa de juro não se adequar a seus objetivos de ganho.

Quem poderia defender a atitude do atual governo, que aceitou uma absurda negociação da dívida externa, quando estava às mar-

gens da falência? Como lembra bem Jeffrey Sachs, "com financiamento inadequado, a equivalência da dívida inflacionada e provisões desestabilizadoras, o acordo entre o Brasil e os bancos ajudou a colocar o País decididamente na rota da hiperinflação..."

A incorporação desses fatos, no entanto, nas críticas feitas pelos nossos "liberais" ao governo, os obrigaria a reconhecer que o caminho para a solução dos atuais impasses não pode ser encontrado em uma crítica dogmática ao Estado, mas sim a uma política econômica que deixa em segundo plano os interesses nacionais e da sociedade.

Fazer do Estado o inimigo comum, sem as qualificações acima, pode dar um certo conforto espiritual aos ingênuos e aumentar o conforto material dos experts, mas pouco contribuirá para que se encontre uma saída adequada para os impasses atuais.

(*) Professor da Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas.